



**JUSTIÇA FEDERAL**  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

## **SESSÃO DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**

**SESSÃO DE JULGAMENTO DE 24/06/2024 14:00**

### **Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**

001) 0002647-90.2023.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum

Tipo da Matéria: Varas Federais.

Partes: Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Requerente).

Descrição: Proposta de anteprojeto de lei para criação de 9 Varas Federais na Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul encaminhada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

002) 0008882-86.2022.4.04.8000 - Processo Administrativo Comum

Tipo da Matéria: Varas Federais.

Partes: Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Requerente).

Descrição: Proposta de anteprojeto de lei para criação de 8 varas federais na Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina encaminhada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

003) 0000854-54.2024.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum

Tipo da Matéria: Varas Federais.

Partes: Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Requerente).

Descrição: Proposta de anteprojeto de lei para criação da 2ª Turma Recursal na Seção Judiciária do Piauí encaminhada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

004) 0001252-42.2023.4.90.8000 - Procedimento Normativo

Tipo da Matéria: Licença.

Partes: Conselho da Justiça Federal (Interessado) e Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Proposta de revisão da Resolução CJF n. 159, de 8 de novembro de 2011, que trata acerca das licenças para tratamento da própria saúde e por motivo de doença em pessoa da família no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

005) 0002203-13.2019.4.90.8000 - Procedimento Normativo

Tipo da Matéria: Proposta de ato normativo.

Partes: Conselho da Justiça Federal (Interessado) e Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Proposta de alteração da Resolução CJF n. 842, de 3 de outubro de 2023, que regulamenta os Planos de Contratações Anuais e o Plano de Contratações Compartilhadas Anual, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

006) 0001997-93.2023.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum

Tipo da Matéria: Orçamento.

Partes: Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Interessado), Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Interessado) e Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Solicitações do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e do Tribunal Regional Federal da 3ª Região para inclusão de novos Planos Orçamentários na Ação 219Z - Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União.

007) 0000456-65.2024.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum

Tipo da Matéria: Indicação de Magistrado para Compor a Turma Nacional de Uniformização.

Partes: Turma Nacional de Uniformização (Interessada) e Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Interessado).

Descrição: Indicação da Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região de juiz federal e de juíza federal para compor a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

### **Ministro OG FERNANDES**

008) 0001975-03.2024.4.90.8000 - CGE - Recurso de decisão do Corregedor-Geral

Tipo da Matéria: Corregedoria.

Partes: Antonio Paiva de Figueiredo (Recorrente), Gerson Mousinho de Brito (Advogado), Francisco de Assis Basílio de Moraes (Recorrido) e Turma Nacional de Uniformização (Interessada).

Descrição: Recurso Administrativo interposto por Antonio Paiva de Figueiredo contra a decisão da Corregedoria-Geral da Justiça Federal em pedido de providência.

009) 0003803-58.2023.4.90.8000 - CGE - Recurso disciplinar de magistrado

Tipo da Matéria: Recurso Disciplinar de Magistrado.

Partes: Alcir Luiz Lopes Coelho (Recorrente), Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Recorrido), Fernanda Tórtima (Advogada) e Matheus Felipe Silva de Freitas (Advogado).

Descrição: Recurso Disciplinar de magistrado contra decisão proferida pelo Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região em Processo Administrativo Disciplinar.

### **Ministro PAULO DIAS MOURA RIBEIRO**

010) 0000580-36.2019.4.90.8000 - Procedimento Normativo

Tipo da Matéria: Jornada de Trabalho.

Partes: Conselho da Justiça Federal (Interessado) e Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Proposta de alteração da Resolução CJF n. 5, de 14 de março de 2008, no que concerne à disciplina da concessão de horário especial aos servidores do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, com o objetivo de dilatar o prazo de renovação da concessão ao servidor com deficiência ou que tenha cônjuge, filho ou dependente nessa condição, de que trata o art. 8º, inciso II, daquele normativo, acompanhando a disciplina da matéria no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

011) 0002724-66.2023.4.90.8000 - Procedimento Normativo

Tipo da Matéria: Auxílio Pré-Escolar.

Partes: Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União - FENAJUFE (Requerente).

Descrição: Proposta de alteração da Resolução CJF n. 4, de 14 de março de 2008, para suprimir a exigência de comprovante de matrícula aos servidores que possuem dependentes com deficiência e alterar a periodicidade fixada para apresentação dos laudos, em alinhamento com o tratamento da matéria no âmbito da Justiça do Trabalho.

012) 0002578-23.2023.4.90.8000 - Consulta

Tipo da Matéria: Servidores da Justiça Federal.

Partes: Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Consultante) e Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Consulta formulada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região acerca da possibilidade de exclusão dos agentes de polícia judicial da vedação ao teletrabalho, quando a respectiva atuação se der, exclusivamente, em atividades administrativas, ainda que haja percepção da Gratificação de Atividade de Segurança - GAS.

### **Desembargador Federal JOÃO BATISTA GOMES MOREIRA**

013) 0003247-92.2023.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum

Tipo da Matéria: Aposentadoria.

Partes: Anayde Carolina da Silva Targino (Requerente), Conselho da Justiça Federal (Interessado) e Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Requerimento formulado por Anayde Carolina da Silva Targino, servidora do Conselho da Justiça Federal, no qual pleiteia seu ingresso no Regime Próprio de Previdência Social da União, sem limitação pelo teto do RGPS.

### **Desembargador Federal GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA**

014) 0004055-21.2023.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum (**VOTO-VISTA**)

Tipo da Matéria: Incorporação de quintos/décimos.

Partes: Justiça Federal (Interessada), União dos Oficiais de Justiça do Brasil - UNIOFICIAIS-BR (Interessada), Russielton Souza Barroso Cipriano (Advogado), Sindicato dos Agentes Públicos Federais do Poder Judiciário da União e dos Órgãos que Congregam as Funções Estatais Essenciais à Justiça Federal Comum e Especializada no Estado do Paraná - SINJUSPAR (Interessado), João Marcelo Arantes Moreira e Souza (Advogado), Guilherme Henrique Corrêa Fontoura (Advogado),

Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina - SINTRAJUSC (Interessado), Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal no Estado de Goiás - SINJUFEGO (Interessado), Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União - FENAJUFE (Interessada), Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região - SINDIQUINZE (Interessado), Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal em Pernambuco - SINTRAJUF/PE (Interessado), Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro - SISEJUFE-RJ (Interessado), Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais - SITRAEMG (Interessado), Rudi Meira Cassel (Advogado), Raimundo Cesar Britto (Advogado), Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais - FENASSOJAF (Interessada), Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal em Mato Grosso do Sul - SINDJUFE/MS (Interessado), Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo - SINTRAJUD (Interessado) e Pedro Maurício Pitta Machado (Advogado).

Descrição: Uniformização de entendimento quanto ao termo inicial de eficácia das partes vetadas da Lei n. 14.687/2023, cujo veto foi derrubado pelo Congresso Nacional, de forma que o art. 11, parágrafo único, da Lei n. 11.416/2006, passou a vedar a absorção dos quintos/décimos incorporadas entre abril de 1998 e setembro 2001, pelo reajuste das parcelas remuneratórias previstas nos anexos da Lei n. 11.416/2006.

015) 0001894-88.2023.4.90.8000 - Procedimento Normativo (**VOTO-VISTA**)

Tipo da Matéria: Proposta de ato normativo.

Partes: Conselho da Justiça Federal (Interessado) e Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Proposta de resolução que dispõe sobre a realização de teletrabalho e de trabalho em regime de auxílio de magistrado(a) federal em localidade diversa de sua lotação, em caso de deficiência ou por motivo de saúde, em interesse próprio ou no interesse de cônjuge, companheiro(a) ou dependentes, e revoga a Resolução CJF n. 570/2019.

**Desembargadora Federal MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES**

016) 0001577-14.2024.4.90.8000 - Procedimento Normativo (**VOTO-VISTA**)

Tipo da Matéria: Proposta de ato normativo.

Partes: Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Proposta de resolução que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em relação à tramitação de pedidos de transferência ativa de pessoa condenada no âmbito da Justiça Federal.

017) 0007794-13.2022.4.04.8000 - Consulta (**VOTO-VISTA**)

Tipo da Matéria: Férias de Magistrado.

Partes: Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Consultante) e Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Consulta do Tribunal Regional Federal da 4ª Região acerca da aplicação da Resolução CJF n. 764/2022, que dispõe sobre a concessão de férias a magistrados no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, tendo em vista o julgamento pelo Conselho Nacional de Justiça dos Pedidos de Providências PP n. 0002209-34.2021.2.00.0000 e PP n. 0005692-38.2022.2.00.0000.



Autenticado eletronicamente por **Juiz Federal Daniel Marchionatti Barbosa**, **Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal**, em 17/06/2024, às 17:41, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0597738** e o código CRC **8BAF2B5A**.

---